
**AS LUTAS SOCIAIS NO CAMPO E A IGREJA CATÓLICA: UM ESTUDO DE CASO DO
ASSENTAMENTO NANGO VIVE, EM JUNDIAÍ DO SUL - PR**

**SOCIAL STRUGGLES IN THE COUNTRYSIDE AND THE CATHOLIC CHURCH: A CASE
STUDY OF THE NANGO VIVE SETTLEMENT, IN JUNDIAÍ DO SUL - PR**

**LUCHAS SOCIALES EN EL CAMPO Y LA IGLESIA CATÓLICA: UN ESTUDIO DE CASO DEL
ASENTAMIENTO DE NANGO VIVE, EN JUNDIAÍ DO SUL - PR**

Evandro Del Negro da Silva¹ <https://orcid.org/0000-0003-4493-1969>

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná e Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Paulista. Colaborador da Empresa Júnior de Geografia - EmpGeo, no Subprojeto Geografia / UNESP - Campus de Ourinhos. E-mail: evandronow@hotmail.com

RESUMO

Atualmente, a luta camponesa é um assunto em destaque. A presente pesquisa tem por objetivo analisar as relações das lutas pela terra e a Igreja Católica na Mesorregião do Nordeste Paranaense, mais precisamente no Assentamento Nango Vive, localizado no município de Jundiá do Sul. Metodologicamente, este trabalho foi realizado por meio de balanço bibliográfico, uma entrevista (online), com uma antiga liderança e os relatos de populares que vivem no local e experiência de campo, pois houve contato com a espacialidade analisada no ano de 2018, além de materiais cartográficos de localização da área de estudo. Com isso, a pesquisa buscou demonstrar um estudo tendo como base a região nordeste do Estado, onde, por mais que exista campo de estudo, não há muitos trabalhos que abordem essa temática.

Palavras-chave: Lutas sociais. MST. Igreja Católica.

ABSTRACT

Currently, the peasant struggle is a prominent issue. The aim of this research was at analyzing the relationship between the struggles for land and the Catholic Church in the Mesoregion of Northeast of the State of Paraná, precisely in Nango Vive Settlement, located in the municipality of Jundiá do Sul. Methodologically, this work was carried out through a bibliographic balance, online interviews, reports by people who live in the place, and field experience, because there have been contact with the analyzed spatiality in 2018, further study area location cartographic materials. Therefore, the research searched



for demonstrate a study based on the northeast region of the state, where although there is study field, there are not many works that address this theme.

Keywords: Social struggles. MST (Landless Movement in its Portuguese acronym). Catholic Church.

RESUMEN

Actualmente, la lucha campesina es un tema candente. La presente investigación tiene como objetivo analizar la relación entre las luchas por la tierra y la Iglesia Católica en la Mesorregión del Nordeste Paranaense, más precisamente en el Asentamiento Nango Vive, ubicado en el municipio de Jundiáí do Sul. Metodológicamente, este trabajo se realizó a través de un balance bibliográfico, entrevistas (en línea), relatos de personas que habitan el lugar y experiencia de campo, ya que se tuvo contacto con la espacialidad analizada en el 2018, además de materiales cartográficos de ubicación de la Área de estudio. Con eso, la investigación buscó evidenciar un estudio basado en la región nororiental del estado, donde, por mucho que exista un campo de estudio, no existen muchos trabajos que aborden esta temática.

Palabras clave: Luchas sociales. MST. Iglesia Católica.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou analisar o processo de lutas e conflitos pela terra, tendo com recorde espacial o município de Jundiáí do Sul, localizado na região Nordeste do Paraná, dando destaque para o *Assentamento Nango Vive*. O recorte temporal procurou evidenciar o processo histórico dos movimentos sociais e a luta pela terra no Paraná até a atualidade, visando a analisar a relação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST com a Igreja Católica na região da Diocese de Jacarezinho.

Assim, o objetivo foi analisar as lutas pela terra no Nordeste Paranaense, evidenciando os assentamentos rurais, as conquistas dos camponeses dessa região e a relação dos movimentos sociais e o catolicismo, fazendo um levantamento epistemológico e dialético sobre a identidade religiosa e a espacialidade do Assentamento Nango Vive, em Jundiáí do Sul - PR.

Metodologicamente, este trabalho foi realizado por meio de balanço bibliográfico, entrevista aplicada de forma on-line com uma antiga liderança do MST, a experiência de campo, pois já houve o contato com a espacialidade analisada, e a confecção de mapas de localização dos municípios da região analisada com assentamento e acampamentos do MST. Os conceitos que a presente pesquisa abordou são: Espaço geográfico, Território, Identidade popular e religiosa, Análise socioespacial, e Lutas sociais. A pesquisa adotou uma abordagem quali-quantitativa e fenomenológica, tendo como base de estudo o meio descritivo, analítico e interpretativo. Como método, aderiu ao estudo de caso etnográfico.

A pesquisa tem como base autores como Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001), e Bernardo Mançano Fernandes (2005; 2008), fazendo uma conceituação sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; José de Souza Martins (1981; 1985; 1999) e Carlos Bezerra (1987), demonstrando a relação da Igreja com os movimentos sociais; Adelir Junior Batista (2011) e Djoni Roos (2013), abordando as lutas sociais no Estado do Paraná. Também foram utilizados documentos referentes ao assentamento e relatos de populares que vivem no local e participaram no estudo.

A pesquisa está estruturada em quatro seções. A primeira seção disserta sobre o MST; a segunda explana o processo histórico das lutas pela terra e a relação com a Igreja Católica; na terceira é realizada uma breve análise da luta camponesa no Nordeste Paranaense e sobre os respectivos assentamentos presentes na região; por fim, a relação das lutas pela terra com a Igreja Católica no Assentamento Nango Vive, em Jundiá do Sul - PR.

UMA BREVE CONCEITUAÇÃO SOBRE O MST

A história da luta pela terra no Brasil é antiga: existe desde a época da ocupação portuguesa (século XVI). Naquele momento histórico acontecia a monocultura para exportação, e a escravidão e a ocupação criaram uma desigualdade social que é notória até o atual momento do país. Outro marco importante ao analisar a questão das terras no Brasil é a Lei de Terras, criada em 1850, e por *coincidência* também foi o ano da abolição do tráfico de escravos. Tudo isso ocorreu por fatores ligados ao sistema capitalista, ou seja, concentração fundiária pautada na grilagem de terras devolutas por meio de documentação forjada, consolidando o modelo da grande propriedade rural, que configura a base para a desigualdade social e territorial da atualidade (MST, 2021).

As resistências populares voltadas para a democratização do acesso à terra e para a reforma agrária foram pontos essenciais para o desenvolvimento social e econômico em países centrais do capitalismo. Em 1920, novas organizações na luta pela terra edificaram-se no Brasil, e como forma de oposição aos conflitos, criou-se o camponato. Entretanto, o regime militar foi cruel e violento com esses camponeses, sendo privados dos direitos de expressão, reunião, organização e manifestação, impostos pela Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5. A ditadura desenvolveu um modelo agrário excludente, criando uma modernização agrícola seletiva, que excluía os pequenos produtores, camponeses, entre outros, às margens do capital, o que os tornava reféns do êxodo rural, do uso de venenos, concentração de terra e subsídios financeiros (MST, 2021).

De acordo com o MST, talvez o início do movimento já existia quando os primeiros indígenas se levantaram contrários aos invasores portugueses. O MST tem como base diversos grupos, entre eles Sepé Tiarajú, Guarani, Quilombolas, Ligas Camponesas. Deste modo, o movimento luta em um processo contínuo pela democratização da terra.

Nesse processo de formação, Ariovaldo Umbelino Oliveira (2001, p. 196) salienta que o movimento teve diversos lemas:

O MST, com este componente novo em sua organização, nasce como um movimento de massa, de contestação contra o não-cumprimento pelo Estado da lei da Reforma Agrária. Um dos caminhos para entendê-lo é a análise de suas palavras de ordem. Quando ocorreu a formação do MST, na década de 80, o lema era Terra para quem nela trabalha (1979-83). Quando começou a enfrentar resistência ao acesso à terra, um novo lema surgiu: Terra não se ganha, terra se conquista (1984). Ao se fortalecer e avançar, sobretudo durante o governo Sarney, percebendo que o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária não estava sendo implementado, os lemas passaram a ser: Sem Reforma Agrária não há democracia (1985) e Reforma Agrária já (1985-86). Com o aumento da violência, que não atingiu apenas os trabalhadores, mas lideranças, advogados, políticos, religiosos etc., o MST mudou suas palavras de ordem: Ocupação é a única solução (1986). Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra (1986-87) e, por ocasião da Constituinte, Reforma Agrária: na lei ou na marra (1988) e Ocupar, Resistir, Produzir (1989), depois que os assentamentos começaram a ser conquistados. Este processo mostra que politicamente o movimento não só se consolidava, não só se articulava em nível nacional, mas mudava também qualitativamente do ponto de vista político.

Nesse período, o *Boletim Sem Terra* foi o instrumento que divulgava e mantinha o diálogo entre os acampados, tendo o auxílio de bispos e de políticos a favor da luta camponesa. Em 1982 foi organizada a 5ª Romaria da Terra, em que a Igreja Católica adquiriu 108 hectares de terra em Ronda Alta, Rio Grande do Sul. Naquele espaço foi criado um abrigo provisório que durou 208 dias, conseguindo a vitória para os acampados. A partir de 1984, com a criação oficial do MST, o *Boletim Sem Terra* transformou-se no *Jornal Sem Terra*, tornando-se um dos principais instrumentos de articulação do movimento (MST, 2021).

Segundo o MST (2021), em 1984, os trabalhadores rurais organizaram-se no 1º Encontro Nacional em Cascavel, Paraná. Neste evento foi criado o movimento camponês nacional, conhecido atualmente como MST, tendo como objetivos principais lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. Esse marco fortaleceu a luta pela terra e evidenciou as bandeiras que o movimento traz. De acordo com Fernandes (2008, p. 3),

Uma das características dos modernos movimentos camponeses é o rompimento com as relações de dependências com partidos, governos e outras instituições, como já foi muito bem argumentado pelos sociólogos que estudaram os “novos movimentos sociais”. O MST desde sua fundação

manteve autonomia nas relações com as instituições que contribuíram para a sua formação, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), para citar somente as três mais expressivas. Todavia, é fundamental lembrar que o MST também contribuiu com a formação dessas instituições. Essa relação de contrapartida nas formações dessas instituições pode ser melhor compreendida na construção de políticas para a transformação das realidades do país, cujos avanços são limitados pela correlação desproporcional de forças.

Fernandes (2008) destaca que o território é composto pela contradição, solidariedade, pelo conflito e pela multidimensionalidade. O território e o espaço geográfico possuem diversos elementos naturais e relações sociais. Com isso, o território carrega traços do grupo que o organiza.

Esta definição fortaleceu a identidade do MST como movimento camponês. E esse fortalecimento acentuou a questão territorial da luta. Um movimento camponês não existe sem os territórios do campesinato. Por essa razão, um movimento camponês também é um movimento socioterritorial (FERNANDES, 2008, p. 2).

A territorialização, assim como desterritorialização, ocorre pelas relações sociais que dão movimento ao espaço a ser organizado constantemente. Fernandes (2008, p. 3) torna evidente

[...] que o território é condição essencial para todos os tipos de organização. Por essa razão, o MST vai disputar territórios com seu principal oponente: o agronegócio. Essa disputa é uma das principais marcas da questão agrária desde o passado até a atualidade e foi ampliada e intensificada pela modernização e mundialização da produção agrícola. Contraditoriamente, esta nova realidade liberta a reforma agrária da simples compreensão distribucionista e amplia seu conteúdo para uma luta ampla, multidimensional e complexa. Lutar pela reforma agrária, significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato.

Voltando às igrejas e à luta pela terra, Fernandes (2005, p. 280) salienta que

As igrejas podem ser movimentos socioespaciais e ou movimentos socioterritoriais, dependendo das relações sociais com as quais trabalham, podem ser agências de mediação ou defender seus próprios interesses. De acordo com as pesquisas da Comissão Pastoral da Terra, existiam, até 31 de dezembro de 2004, em torno de 240 movimentos socioespaciais e socioterritoriais atuando em todo o território brasileiro. Desses a maior parte é de movimentos socioterritoriais isolados e respondiam por um número menor de ações, enquanto os movimentos territorializados executaram um número maior de ações, enquanto os movimentos socioespaciais aparecem com agências de mediação.

Na década de 80, após a criação do movimento, do primeiro presidente civil, e com o fim da ditadura militar, foi desenvolvido o Plano Nacional da Reforma Agrária - PNRA (1985), aplicando o Estatuto da Terra, e assentando 1,4 milhão de famílias. Entretanto, esse plano

fracassou, pois os latifundiários encontravam nas leis o auxílio necessário para não deixar essa proposta acontecer. Deste modo, o I PNRA, no Governo Sarney, assentou somente 6% da meta total, tendo como base a pressão das ocupações (MST, 2021).

Oliveira (2001, p. 197) destaca que,

Na década de 90, durante o governo Collor, o MST mudou suas estratégias políticas de luta e as palavras de ordem passaram a ser: Reforma Agrária: essa luta é nossa (1990-91) e MST, agora é pra valer (1992-93). Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso surgiu o lema: Reforma Agrária: uma luta de todos! (1995). A mudança nas palavras de ordem representam a mudança da estratégia política do Movimento. Reforma Agrária: uma luta de todos! particularmente, tem um significado político importante. Tem a consciência de que é necessário o envolvimento do movimento articulado com a sociedade como um todo. Este foi um período, como ver-se-á ainda neste texto, de crescimento e aceitação do movimento no conjunto da sociedade brasileira. No ano 2000 o lema passou a ser Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio, numa clara alusão à necessidade histórica do fim das terras improdutivas e o cumprimento ao legado constitucional de que a terra tem de cumprir sua função social.

A partir de 2003, Luís Inácio Lula da Silva assumiu a presidência. Criando expectativas na realização da reforma agrária, os trabalhadores sem-terra manifestaram a esperança de cada qual ter a sua terra para trabalhar (BATISTA, 2011).

Contudo, existiram pontos contraditórios ao longo do governo petista, como a não realização da reforma agrária, deixando os trabalhadores sem suas terras, e o MST passou de um movimento social para um movimento partidarista. O governo petista realizou o II PNRA, mas não o colocou em prática, ficando ao lado da bancada ruralista, dos latifundiários, do agronegócio, empresários e industriais que, posteriormente, auxiliaram no golpe de 2016 (OLIVEIRA, 2020). A seção seguinte aborda a relação das lutas sociais pela terra e a interação com a Igreja Católica, do período temporal de 1970 até meados de 1990.

A RELAÇÃO DAS LUTAS PELA TERRA E A IGREJA CATÓLICA

Para compreender a relação das lutas pela terra e a Igreja é necessário entender o que é a Comissão Pastoral da Terra - CPT, que foi criada oficialmente em 1975, durante a XIV Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Diversos fatores socioculturais e políticos contribuíram para a criação da CPT dentro da Igreja Católica, tendo ligação com o processo histórico que foi se estruturando nas diversas instâncias da Igreja (BEZERRA, 1987).

Ainda segundo Bezerra (1987), esse momento foi marcado por uma teologia voltada para questões humanitárias, como a miséria, o subdesenvolvimento dos países latino-americanos, também como crítica ao sistema capitalista e às suas relações neocoloniais.

A teologia humanista, adotada pela Igreja no final do século XX, buscava compreender e auxiliar os problemas ético-sociais vinculados ao sistema socioeconômico, concentração da terra, latifúndio, fome e desrespeito aos direitos humanos, enquanto a teologia tradicional estava vinculada às questões morais dos indivíduos católicos, tais como sexo antes do casamento, confissão, comunhão e missa (BEZERRA, 1987).

Essa nova teologia está relacionada ao fim da militância tradicional da Igreja, ligando-se ao cristianismo primitivo, contrário ao Estado Romano ou luxos e riquezas do mundo. Um exemplo dentro da Igreja é São Francisco de Assis, que optou por um trabalho entre os pobres e a caridade. A teologia humanista é perseguida pelo poder político-econômico, também por parte da Igreja, que seguem a teologia tradicionalista com uma postura conservadora. Essa ação marca uma Igreja mais aberta aos fiéis, deixando-os conscientes sobre as questões sociais. Tendo como base o movimento latino-americano de trabalho pastoral com o lema: *Ver - Julgar - Agir*, esse movimento auxiliou diversas lideranças que militariam em partidos políticos e movimentos sociais (CPT, 2021).

Fazendo um balanço histórico, José de Souza Martins (1999, p. 99) afirma que,

No Brasil, não raro, durante quase um século, a questão agrária se expressou por meio de tensões religiosas, de confrontos sangrentos entre o catolicismo popular e o catolicismo institucional ancorado no aparelho de estado, mesmo com a separação entre a Igreja e o Estado da era republicana. Portanto, uma questão agrária que se torna questão religiosa, que se torna questão política, que se torna questão policial, que se torna questão militar, como aconteceu em Canudos, no Contestado e em vários outros episódios das lutas sociais no campo, incluindo episódios relativamente recentes, do tempo da ditadura. Um balanço apropriado do conflito fundiário nas últimas décadas nos revelaria que ele é apenas um subtema de conflito maior e mal definido entre o Estado oficialmente laico e a Igreja.

Como destaca a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB (2007), essa nova corrente teológica foi criada na América Latina, nas questões político-sociais, e foi inspirada pelos antigos ideais cristãos de amor, justiça e fraternidade, com vistas à criação do *Reino de Deus na Terra, da Civilização do Amor*.

De acordo com José de Souza Martins (1999, p. 103),

A Igreja estava preocupada com a questão social do campo, mais do que com a questão agrária, em posição oposta à do Partido Comunista e por oposição a ele. Na linha do conhecido documento pioneiro de Dom Inocêncio, bispo de Campanha (MG), de 1950, a Igreja reconhecia o risco político das migrações, do êxodo rural e do desenraizamento, que supostamente lançariam os pobres

do campo nos braços dos comunistas nas cidades de destino, como Rio e São Paulo. A Igreja passava a pensar alternativas no sentido da preservação da unidade familiar de produção, do trabalho familiar e da família, trabalho familiar que incluía o trabalho não autônomo dos colonos das fazendas de café no Sudeste e dos moradores das fazendas de cana de açúcar no Nordeste, cuja continuidade era comprometida pelas migrações para o meio urbano.

Segundo CPT (2021), dos 24 Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STR fundados até 1964, somente dois não tinham a presença de padres. Isso demonstra que, em 1975, houve mudanças no STR pela perseguição que a Igreja sofreu, tornando-se, assim, um marco histórico na influência popular.

Desse modo, é interessante a compreensão do período histórico e as ações que foram realizadas nele. Martins (1981) afirma que, nas décadas de 1960 e 1970, as novas formas de produção foram iniciadas com base na *Revolução Verde*, que visava à mecanização das atividades agropecuárias, à utilização de fertilizantes sintéticos e sementes transgênicas. O objetivo era o aumento da produção e o latifúndio, esquecendo os camponeses e trabalhadores rurais sem terra. A modernização tinha como objetivo a *colonização* e desenvolvimento econômico em terras da Amazônia e da região Centro-Oeste do Brasil com investimentos privados.

Poletto (1985) destaca que, a partir dos anos de 1980, o foco da CPT era a questão social, estando à frente de algumas ações, como por exemplo o desenvolvimento dos boias-frias, sem-terra e dos pequenos proprietários, valorizando a participação dos leigos. Para Martins (1985), a CPT foi a principal instituição responsável pelo surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, sendo uma organização popular que teve início na região Sul, em 1984.

Nos dizeres de José de Souza Martins (1999, p. 115),

Essa tendência, no meu modo de ver, começou a tomar conta da ação dos agentes de pastoral a partir do final da ditadura, momento em que os bispos se afastaram do que chamavam de pastoral de suplência. Desse modo devolviam aos leigos a direção das grandes e significativas propostas da Pastoral da Terra e das outras pastorais sociais. Esse afastamento aproximadamente coincidiu com a decisão de alguns agentes de pastoral de laicizarem a luta pela terra através da fundação do MST, uma decisão apropriada num momento em que se lutava pela expansão das liberdades civis.

Stédile (1993) afirma que, a partir de 1981, iniciaram os encontros entre as lideranças de agricultores familiares, evento organizado pela CPT. Os encontros eram realizados em diferentes níveis: regional, estadual e nacional.

O MST foi um marco (1980/1990) no Brasil e no mundo. Entretanto, ele é heterogêneo em sua formação, pois surgiu ligado às organizações camponesas e à prática do trabalho pastoral da CPT (CORSO, 2005).

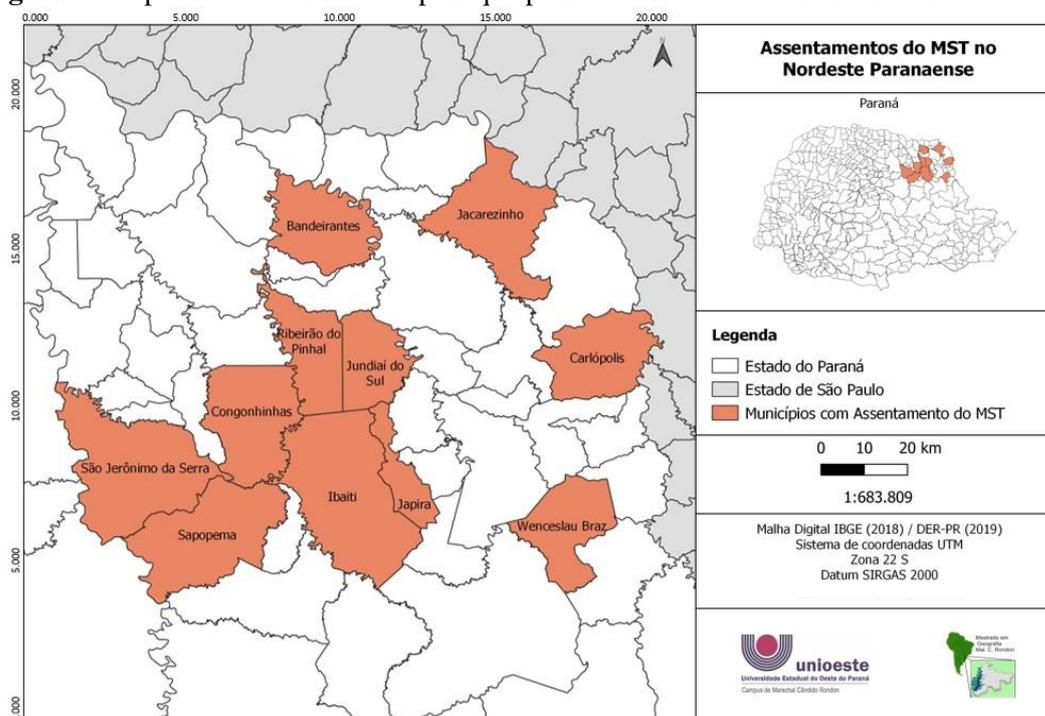
Poletto (1985) destaca que o trabalho da CPT não visa diretamente à luta pela reforma agrária. O caráter pastoral tem como objetivo *servir de apoio* aos movimentos, grupos e associações que lutam em alguma área da questão fundiária. Desenvolve o *serviço educativo*, tendo como base o campo da denúncia e o apoio político-pedagógico pelos que lutam pela terra. Destaca-se, também, o ecumenismo, ou seja, qualquer pessoa pode participar, independentemente do credo. Apesar de ser uma pastoral criada na Igreja Católica, tem a liberdade de decisões e ações em sua pastoral.

Com isso, Corso (1999) evidencia que a CPT foi fundada para auxiliar as ações dos agentes pastorais que desenvolviam seu trabalho no meio rural, tendo como princípio ajudar os cristãos na participação político-social, dar apoio nas lutas no campo, desenvolver uma relação evangelizadora, visando à justiça social e procurando valorizar a cultura dos oprimidos. A CPT exerceu e exerce um papel fundamental que vai muito além de assessoria ou articulação dos movimentos. Ela também fortaleceu os movimentos e deixou o caminho mais fácil para a criação de outros movimentos, como foi o caso do MST. A próxima seção aborda a luta pela terra na região nordeste do Paraná, observando a conjuntura ao redor do recorte espacial selecionado, no caso, o Assentamento Nango Vive.

AS LUTAS CAMPONESAS NO NORDESTE PARANAENSE

A Mesorregião do Nordeste Paranaense possui inúmeros assentamentos e acampamentos em alguns municípios da região, como em Carlópolis (Assentamento Eli Gonçalves Meura), Congonhinhas (Assentamentos Carlos Lamarca, Ho Chi Minh, Rosa Luxemburgo e o Acampamento Carlos Marighella), Bandeirantes (Assentamento Nova Bandeirantes), Ibaiti (Assentamentos Marimbondo, Modelo, Vale Verde), Jacarezinho (Assentamento Companheiro Keno), Japira (Assentamento Maribondo), Jundiá do Sul (Assentamentos Ely Moutinho, Matida e Nango Vive), Ribeirão do Pinhal (Assentamento São Francisco), São Jerônimo da Serra (Assentamentos Amélia, Arixiguana, Cacique Cretan, Dom Elder Câmara, Jucapé, Palmares, Paulo Freire, Roseli Nunes e Sol Nascente); Sapopema (Assentamentos Bom Sucesso, Esperança e São Luiz II), e Wenceslau Braz (Assentamento Santa Madalena) (Figura 1). O total estimado de famílias em todos os assentamentos da região nordeste do Estado é de 1.464 (INCRA, 2021).

Figura 1: Mapa indicando os municípios que possuem assentamentos no Nordeste Paranaense.



Fonte: Malha digital IBGE (2018). Adaptado pelo ator (2021).

Assim, para compreender a luta pela posse da terra no nordeste do Estado, é necessário ter a compreensão do processo histórico e de formação da região do norte do Paraná. A região teve seu processo de *povoamento* tardiamente, no final do século XIX, marcado pela usurpação de terras já habitadas por comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e caboclos), para assim fundarem os municípios, comarcas e distritos, visando à agricultura e ao capital de grande escala.

Segundo Batista (2011), o pico dos conflitos ocorreu em 1950, coincidindo com o ano de criação de muitos municípios da região. Combinaram, também, com o ciclo da madeira, o desmatamento feito por colonos, a fim de abrirem pastagens ou áreas para plantação. Muitos que trabalharam tinham a ilusão de que, com o desmatamento para os coronéis, teriam as suas propriedades.

No início, os ingleses que auxiliaram nas construções das linhas férreas, atualmente privatizadas, e a comunidade japonesa visavam ao algodão e ao bicho da seda, mas com a migração de mineiros e paulistas para a região, o destaque foi para a cultura do café. Após a década de 1970, o agronegócio e a monocultura do milho, soja, eventualmente o trigo, e a criação de suínos, caprinos, bovinos e aves se sobressaíram. Assim, as empresas de terras e latifundiários estavam de olho na terra, ficando com *lobby* entre os governantes ou comprando

documentos falsificados para grilar a terra. Em outras palavras, os camponeses trabalhavam em terras que jamais seriam suas.

Portanto, a luta camponesa no estado tem como base diversos movimentos de escala nacional. Entretanto, o início da organização camponesa no Paraná pode ser destacado na Guerrilha de Porecatu, Revolta do Sudoeste, dentre outros movimentos regionais que moldaram as lutas pela terra no estado. Como destaca Roos (2013, p. 4),

Na década de 1950, o Norte do Paraná foi palco de intensos conflitos com a formação da chamada “Guerrilha de Porecatu”, quando os camponeses-possesores se armaram para manter as terras devolutas de Jaguapitã e Porecatu sob seu domínio e posse, pois o governo do estado havia repassado a grandes proprietários rurais. Ainda na década de 1950, o Sudoeste paranaense foi igualmente palco de intensos conflitos. As lutas surgiram quando os camponeses foram expulsos de suas terras pela manobra empreendida pelo governo do estado, que concedeu as terras a uma empresa colonizadora. Organizados em “assembleias gerais do povo” e “juntas governativas”, os camponeses avançaram para a cidade de Francisco Beltrão, expulsaram as autoridades constituídas, tomaram a estação de rádio da cidade e garantiram a posse das suas terras.

Voltando para Igreja Católica, em 1961, os bispos de algumas dioceses (Campo Mourão, Jacarezinho e Londrina) uniram-se e fundaram a *Frente Agrária Paranaense* - FAP. Esse fato antecede o golpe militar de 1964, tendo um cunho tradicionalista e conservador, pois o objetivo do movimento era contrário à sindicalização rural, que tinha relação com o Partido Comunista Brasileiro, na região norte do Paraná (SILVA, 2006).

A década de 1960 também foi marcada pelo avanço da produção agrícola, por meio das construções das estradas de ferro e rodovias para transportar a produção. Outro ponto eram os processos de industrialização do Estado, que fizeram o número de vagas na indústria e o êxodo rural pelos jovens aumentar, tendo tal processo influenciado negativamente na vida os pequenos camponeses. Com isso, a concentração das terras passou para as mãos de um grupo menor de donos, ou seja, o sistema capitalista estava matando o camponês, pois eles não tinham outra saída a não ser sair do campo para tentar uma vida na cidade (BATISTA, 2011).

Segundo Ross (2013), nos anos 1970, o destaque foi a região Oeste do Estado. Surgiu, nessa espacialidade, a luta pela terra, pois muitos sofriam com os conflitos e, nesse período, ocorreu a expropriação de terras para a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

A CPT e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STR se uniram em favor dos camponeses expropriados, criando o Movimento Justiça e Terra, que visava à justa indenização pelas terras afetadas pela represa da Itaipu. Naquele período, parte da Igreja Católica voltou-se para a teologia humanista, que visava ao povo e às lutas sociais, sendo contrária à teologia

tradicionalista. Esse momento foi marcado pelo surgimento de diversos movimentos voltados para a luta pela terra, como destaca Roos (2013, p. 4):

Em 1983, surgiram outros movimentos de sem-terra no Paraná como o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral (MASTEL), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro Oeste (MASTRECO), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN) e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES). Este último organizou-se, principalmente, com o apoio da CPT e da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR).

Em 1984 ocorreu, na cidade de Cascavel, no oeste paranaense, o encontro de escala nacional dos camponeses. Assim foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, com o objetivo de unir os inúmeros movimentos regionais do território brasileiro (ROOS, 2013).

Nos anos de 1990 houve um aumento nos conflitos, ações violentas contra os movimentos camponeses e a reforma agrária no Paraná. Em 1994, Jaime Lerner tornou-se governador do Estado, que tinha uma postura contrária às lutas sociais, usando da política para proibir manifestações, desapropriar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA de suas funções e de agir com extrema violência contra as reintegrações de posse e os camponeses, efetuadas pela polícia militar estadual e pelas milícias privadas. No seu período como governador (1994 a 2002) houve 16 assassinatos, 49 ameaças de morte, 325 feridos e 134 ações de despejo (CPT, 2006).

Segundo Roos (2013), a polícia militar estadual e as milícias privadas dos ruralistas atuavam livremente pelo campo do Paraná, despejando, ameaçando, torturando e assassinando camponeses Sem Terra. Essas ações violentas eram acompanhadas e aceitas pela União Democrática Ruralista - UDR.

Já na gestão de Roberto Requião (2003-2010) como governador do Estado, houve um crescimento na luta pela terra que não foi aceito pelos latifundiários, que em 2003 criaram o Primeiro Comando Rural - PCR. Essa ação tinha como base contratar atiradores para evitar as ocupações de terra.

Os ruralistas não estavam contentes com a postura do governo estadual, então a Sociedade Rural do Oeste - SRO e o Movimento dos Produtores Rurais - MPR contratou uma milícia fortemente armada no ano de 2007. Nesse evento, foi assassinado Valmir Mota de Oliveira (Keno), liderança do MST na região Oeste do Paraná (ROOS, 2013). Segundo o MST (2021), atualmente o Paraná tem 320 assentamentos consolidados com cerca de 22 mil famílias assentadas produtoras dos seus próprios alimentos para o consumo e o restante para a comercialização.

Todos os assentamentos são relevantes para a luta no nordeste do Estado, destacando a influência dos movimentos da região Oeste do Estado, que auxiliaram no desenvolvimento dos acampamentos no Nordeste. Nessa perspectiva, o Assentamento Companheiro Keno, em Jacarezinho, é um dos diversos exemplos.

Na realidade, a região do Nordeste Paranaense possui diversos assentamentos, como é possível observar no Quadro 1, contendo os nomes dos Assentamentos, os municípios onde foram instalados, o ano de entrada na terra e o número de famílias de assentadas atualmente.

Quadro 1: Assentamentos no Nordeste Paranaense.

NOME DO ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	ANO	Nº DE FAMÍLIAS
1. Assentamento Elias Gonçalves de Meira	Carlópolis	2016	50
2. Acampamento Carlos Marighella	Congonhinhas	2013	67
3. Assentamento Carlos Lamarca	Congonhinhas	2000	138
4. Assentamento Ho Chi Minh / Pompeia	Congonhinhas	1999	11
5. Assentamento Robson Viera de Souza	Congonhinhas	1999	39
6. Assentamento Rosa Luxemburgo	Congonhinhas	2007	53
7. Assentamento Nova Bandeirantes	Bandeirantes	2000	40
8. Assentamento Modelo	Ibaiti	1991	112
9. Assentamento Marimbondo	Ibaiti	1991	42
10. Assentamento Vale Verde	Ibaiti	1989	74
11. Assentamento Companheiro Keno	Jacarezinho	2006	63
12. Assentamento Marimbondo	Japira	1999	35
13. Assentamento Ely Moutinho	Jundiá do Sul	2006	25
14. Assentamento Matida	Jundiá do Sul	1989	85
15. Assentamento Nango Vive	Jundiá do Sul	2006	65
16. Assentamento São Francisco	Ribeirão do Pinhal	1989	48
17. Assentamento Amélia	São Jeronimo da Serra	1999	33
18. Assentamento Arixiguana	São Jeronimo da Serra	1999	26
19. Assentamento Cacique Cretan	São Jeronimo da Serra	1999	13
20. Assentamento Dom Elder Câmara	São Jeronimo da Serra	2001	122
21. Assentamento Jucapé	São Jeronimo da Serra	1999	7
22. Assentamento Palmares	São Jeronimo da Serra	1999	16
23. Assentamento Paulo Freire	São Jeronimo da Serra	1998	75
24. Assentamento Roseli Nunes	São Jeronimo da Serra	1999	19

25. Assentamento Sol Nascente	São Jeronimo da Serra	2000	7
26. Assentamento Bom Sucesso	Sapopema	2010	35
27. Assentamento Esperança	Sapopema	2010	25
28. Assentamento São Luiz II	Sapopema	1987	120
29. Assentamento Santa Madalena	Wenceslau Braz	1989	19

Fonte: INCRA (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Em relação ao Assentamento Companheiro Keno, Batista (2011) destaca que seu processo de consolidação ocorreu em 2006, quando contava com 250 famílias acampadas nas proximidades da Fazenda Itapema. Com a inserção do MST nos municípios da região e o número de famílias aumentando, em 2007 ele chegou a ter 350 famílias. O INCRA, no mesmo ano, realizou a criação de duas áreas para os assentados da Fazenda Cambará e da Fazenda Itapema, propriedades de Roberto Barros, com uma área estimada em 793 hectares. O fazendeiro questionou a ação do INCRA perante a Fazenda Itapema, alegando que suas terras só eram improdutivas pois os sem-terra estavam nela. A corte deu sentença favorável ao proprietário. Essa situação fez com que muitas famílias procurassem outros assentamentos para se abrigar. Como alega Batista (2011, p. 62),

Cerca de 20 famílias foram ao Assentamento Nango Vive (Pau-D'algo), no município de Jundiá do Sul, próximo a Ribeirão do Pinhal, uma área onde os lotes já estão cortados. Mais nove famílias se deslocaram para o Assentamento Eli Vive, próximo a Londrina. Com isso, foi discutido em assembleia das famílias quem seriam as 53 famílias selecionadas para serem assentadas e as demais que aguentariam no lugar até que sair a Fazenda Itapema. Várias famílias optaram para aguardar até sair a posse da Fazenda Itapema.

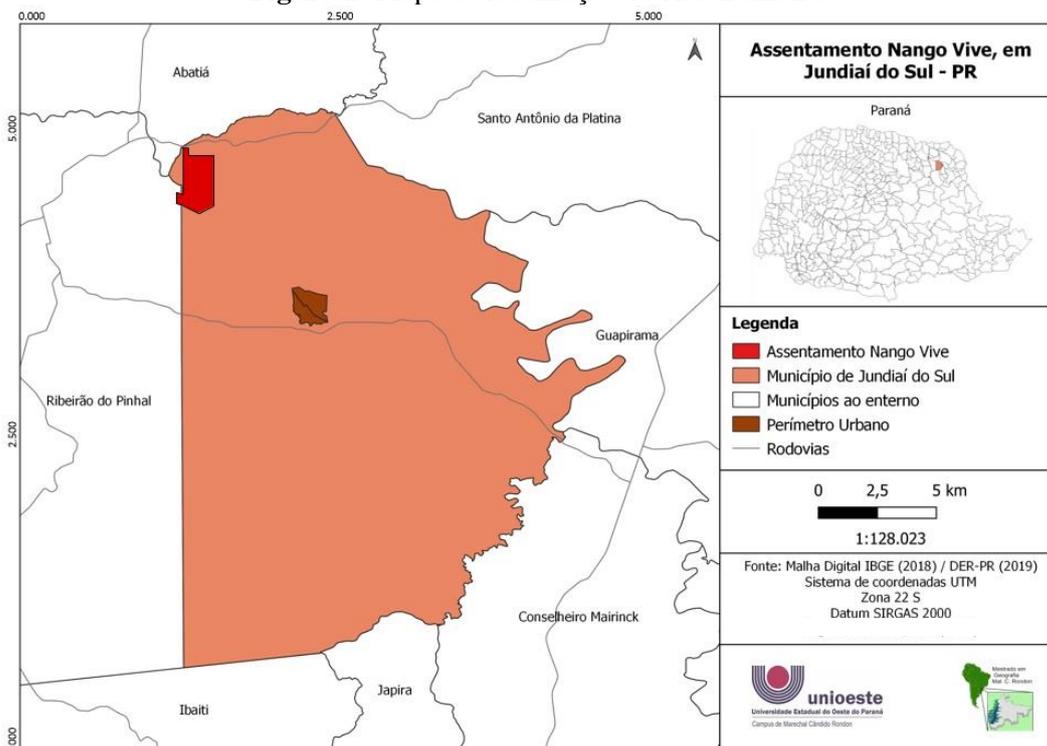
Nesse ponto, foi possível observar o recorte espacial da pesquisa, sendo mencionado como opção para os acampados que perderam suas terras em Jacarezinho, deslocando-se para outras cidades da região, como Jundiá do Sul. Com isso, é necessário observar que, nesse contexto, ninguém está sozinho, e que são fundamentais redes entre os acampamentos. Neste sentido, a próxima seção apresenta o Assentamento Nango Vive e suas características, evidenciando a formação, o número de famílias e a relação com a devoção popular e a Igreja Católica.

O ASSENTAMENTO NANGO VIVE, EM JUNDIAÍ DO SUL - PR

A territorialização do Assentamento Nango Vive (Figura 2) tem data de início de 2006. Ao longo dos anos ocorreram diversas mudanças, sejam elas de ordem espacial, populacional,

e de desenvolvimento social. Nango Vive se destaca pois é um dos poucos assentamentos do Nordeste do Estado que teve durante alguns anos a presença efetiva de um bispo diocesano em sua comunidade. Para auxiliar na compreensão do recorte espacial estudado, foi elaborada uma entrevista no formato remoto (on-line) com uma antiga liderança do assentamento (2019-2020), identificado como Soares.

Figura 2: Mapa de localização do Assentamento.



Fonte: Malha digital IBGE (2018). Adaptado pelo ator (2021).

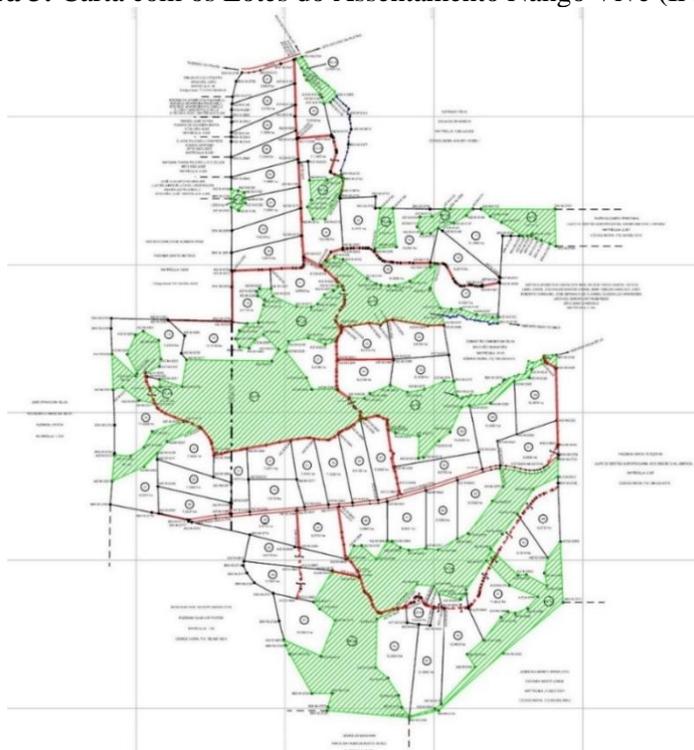
Mas quem foi Nango? Segundo Soares (2021), Nango foi um assentado, no município de Congonhinhas, onde era dirigente e lutava contra a venda de lotes, e foi assassinado por pessoas que tinham o interesse de vender esses lotes. Naquele período, em meados de 2005, o assentamento Nango estava sendo criado com outra nomenclatura, *Nova Esperança*. Sem a oficialização no INCRA e com o falecimento, foi aberta uma votação para mudar o nome para *Nango Vive*. Deste modo, o assentamento faz uma homenagem a um camponês que lutou contra a venda ilegal de terras no nordeste do Estado, perdendo sua vida nessa batalha.

Segundo Soares (2021), no início, o tamanho do território de Nango Vive era superior ao que é atualmente, pois incluía grandes partes de três municípios: Abatiá, Jundiáí do Sul e Ribeirão do Pinhal. Atualmente, a territorialização do assentamento limita-se aos municípios de Jundiáí do Sul, com cerca de 95% do acampamento e Ribeirão do Pinhal, com os outros 5% do território.

A antiga liderança também informa que o acampamento, nos primeiros anos, era formado por famílias vindas de municípios da região, como Congonhinhas, Ribeirão do Pinhal, Santa Amélia, uma minoria de Jundiáí do Sul e a maioria de Bandeirantes - cerca de 300 famílias que, posteriormente, retornaram para o Assentamento Nova Bandeirantes, presente no município. Com isso, abriu-se espaço para novas famílias que vieram do Oeste do Estado para a região de Jacarezinho (SOARES, 2021).

A princípio era desenvolvida a horta comunitária, mas, posteriormente, com o loteamento (Figura 3) e solidificação dos acampados no local, essa prática foi se perdendo.

Figura 3: Carta com os Lotes do Assentamento Nango Vive (INCRA).



Fonte: IDR-PR (2021). Org: José Volvi Xavier da Silveira (2013).

O assentamento tem o auxílio da prefeitura de Jundiáí do Sul com o contrato Agricultura Viva, fazendo-se necessário, no atual governo, pagar um valor simbólico. A prefeitura também tem o papel de fazer contato com o INCRA, realizando vistorias para analisar se os assentados estão aptos a receber o título da terra.

Ao questionar se o assentamento tem uma dependência maior do município de Ribeirão do Pinhal, a antiga liderança afirmou que não, pois uma vez por semana a prefeitura municipal de Jundiáí do Sul disponibiliza médicos - clínico geral - e possui um projeto para ter dentista, ambos atuando no mesmo dia. Ademais, as estradas rurais foram recém reformadas. Segundo o entrevistado, a divisão na dependência dos municípios já citados está relacionada ao acesso à

PR - 439, pois o próprio assentamento é dividido em três espaços (como bairros): *Pau d'alto*, com acesso direto à rodovia; *São Benedito* e *Santa Elisabete*, localizados no interior do assentamento (SOARES, 2021).

Desde 2016, o assentamento deligou-se do movimento por questões políticas. Nas palavras de Soares (2021), “o INCRA não pode ter ligação com o MST no atual governo”, ou seja, estamos vivenciando uma censura aos movimentos sociais que, muitas vezes, não é noticiada pelas mídias, deixando essa população sem defesa.

No contexto da religiosidade, o acampamento ficou marcado pelo Bispo emérito de Jacarezinho, Dom Fernando Penteado, que é uma das mais relevantes figuras dos últimos tempos do Nordeste do Paraná. Atualmente, o bispo colabora em sua comunidade de origem, em São Paulo. No ano de 1960, foi ordenado Sacerdote na Catedral de São Paulo por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta. Já em 1980, foi ordenado bispo pelo Papa João Paulo II, em Roma, assumindo uma das regiões episcopais de São Paulo. No ano 2000, foi nomeado o 6º Bispo da Diocese de Jacarezinho (UENP, 2021).

Além disso, Dom Fernando participou de diversos movimentos durante sua passagem em Jacarezinho, como na luta pela implantação da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, realizada por meio da junção das antigas Fafija (Campus Jacarezinho), Falm (Campus Luiz Meneghel), Faficop (Campus Cornélio Procópio), assumindo o posto de primeiro Reitor (2006-2010). Em 2008, criou o roteiro turístico Rota do Rosário, utilizando-se de antigas construções e documentos relacionados à formação da Igreja Católica na região e, por fim, suas visitas em assentamentos e comunidades tradicionais, demonstrando uma “igreja em saída”, voltada para a teologia humanista (UENP, 2021).

Sua passagem pelo Assentamento Nango Vive não se limitou a uma visita. Dom Fernando foi diversas vezes celebrar missas, batizados e crismas na comunidade (Figura 4). Segundo relatos, no início, essas visitas não eram divulgadas para não sobrecarregar o espaço com populações de comunidades vizinhas, como os perímetros urbanos de Ribeirão do Pinhal, Abatiá e de Jundiáí do Sul. Contudo, com passar dos anos, as visitas na comunidade tornaram-se eventos, atraindo fiéis da região e demonstrando a ligação e a religiosidade popular dos assentados com a “igreja em saída”.

Figura 4: Dom Fernando Penteado, celebrando uma crisma no Assentamento.



Fonte: Paulo Henrique Padilha (2009).

Ao questionar o entrevistado sobre a participação do atual bispo diocesano de Jacarezinho na comunidade, a antiga liderança afirmou que o atual bispo só visitou o assentamento uma vez, no ano de 2011, um ano após a sua ordenação episcopal, que ocorrera em setembro de 2010. Afirmou, também, que tal fato havia ocorrido com pouca recepção, pois era um dia de chuva e a comunidade entendeu que não viria, por se tratar de uma área rural (SOARES, 2021).

Essa igreja que é voltada para a teologia humanista que, no atual momento, não ocorre mais, seja coincidência ou não com o cenário da política tradicionalista e conservadora do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou demonstrar o processo de lutas pela terra, evidenciando o contexto histórico do MST, as ações no estado do Paraná, passando por um detalhamento que foi até o recorte espacial da pesquisa, o Assentamento Nango Vive, em Jundiá do Sul, e suas relações. A pesquisa também contou com diversas ações (contrárias ou a favor) da Igreja Católica ao longo do tempo.

As dificuldades que a pandemia da COVID-19 apresentou no atual momento foi superada, pois mesmo com todo o cenário negativo para o desenvolvimento do projeto, foi possível elaborar e aplicar uma entrevista via on-line com uma antiga liderança do assentamento. Foi possível, também, a coleta de dados (quantitativos, visuais, bibliográficos) e o balanço bibliográfico.

A pesquisa poderá auxiliar futuros trabalhos desenvolvidos na mesma temática. Vale salientar que se trata de uma pesquisa inédita, que tem como base um recorte espacial pouco analisado, principalmente em relação ao assunto das lutas sociais no Nordeste do Paraná.

Diante do exposto, foi possível observar a relação da Igreja com o assentamento, mais precisamente o contato que a Diocese de Jacarezinho teve com o Nango Vive, na gestão de Dom Fernando Penteado. Também se discutiu que, hoje, está se perdendo no viés religioso, territorial e na autonomia dos movimentos perante os últimos desgovernos nacionais e estaduais, em que predominam a violência, o desrespeito, o conservadorismo e a desvalorização de movimentos e grupos sociais.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Adelir Junior. **A partir do acampamento 1º de agosto**: o papel da organicidade das famílias na espacialização da Luta pela Terra no Estado do Paraná (Monografia em Geografia), Presidente Prudente: UNESP, 2011.

BEZERRA, Carlos. **O que é Teologia da Libertação**. São Paulo. Ed. Paulinas, 1987.

CNBB - CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Documento 3**: evangelização da Juventude. Brasília, CNBB, 2007.

CORSO, João Carlos. **A mística da terra**: um estudo sobre a Romaria da Terra. Rio Bonito do Iguaçu - PR - 1997. Dissertação de Mestrado em História. Unicentro/Unesp. Guarapuava: 1999.

_____. A religiosidade presente no processo de formação do MST do Paraná: as relações entre CPT e MST (dec. 80 e 90). **ANPUH - XXIII Simpósio Nacional de História** - Londrina, 2005.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Questão Agrária**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatorio Social de América Latina**, v.16, 2005. p.273 - 284.

_____. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. Presidente Prudente: Boletim DATALUTA - UNESP, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha digital**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?edicao=24048&t=downloads>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

IDR-PR - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ. **Unidades Municipais**: Jundiá do Sul. Disponível em: <<http://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Enderecos-e-Contatos>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos no Paraná.** Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-reforma-agrarianotificacoes-assentamento/parana>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil:** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

_____. **Conquistar a terra, reconstruir a vida.** Petrópolis: vozes, 1985.

_____. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. *Tempo Social; Rev. Sociol.* USP: S. Paulo, 97-128, 1999.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **O MST:** Nossa História. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados* 15 (43), 2001.

_____. **A grilagem de terras na formação territorial brasileira.** São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

PADILHA, Paulo Henrique. **Fotografias da Crisma realizada no Assentamento.** Imagem JPEG, color, 2009.

POLETTO, Ivo. A CPT e a questão agrária. In: PAIVA, Vanilda (org.). **A Igreja e a questão agrária.** São Paulo: Loyola, 1985.

ROOS, Djoni. As lutas camponesas no Estado do Paraná e os modelos da “Reforma Agrária” brasileira. *GeoGraphos. Alicante:* Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, vol. 4, n° 31, p. 1-18, 2013.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A Foice e a Cruz:** comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SILVEIRA, José Volvi Xavier da. **Mapa dos Lotes no Assentamento Nango Vive (INCRA).** Imagem JPEG, color, 2013.

SOARES, Carlos Cesar. **Antiga liderança do Assentamento Nango Vive.** Entrevista concedida a Evandro Del Negro da Silva. Aplicada no formato online. 20 ago. 2021.

STÉDILE, João Pedro. **A luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Scritta, 1993.

UENP - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ. **Gestão 2006 - 2010:** Dom Fernando José Penteadó. Disponível em: <<https://uenp.edu.br/galeria-de-reitores/74-dom-fernando-jose-penteadó-gestao-2006-2010>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

Artigo recebido em: 23 de fevereiro de 2022.

Artigo aceito em: 24 de abril de 2022.

Artigo publicado em: 24 de agosto de 2022.